

## **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS – ICMBio**

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio de 2020 (dois mil e vinte), 29 (vinte e nove) representantes das entidades integrantes do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (CONPARNASO) e mais 15 (quinze) convidados, conforme apuração da Secretaria Executiva do Conselho, estiveram reunidos em videoconferência por meio do aplicativo software livre Jitsi. A reunião foi convocada através do Ofício SEI nº 33/2020-PARNA Serra dos Órgãos/ICMBio, de 20 de maio de 2020, expedido pelo Chefe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) Leandro do Nascimento Goulart, tendo como pauta única: A PORTARIA ICMBio Nº 426, DE 11 DE MAIO DE 2020 que Institui o Núcleo de Gestão Integrada Teresópolis, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. O Chefe da Unidade e Presidente do CONPARNASO Leandro Goulart, fez a abertura às 10h05min cumprimentando os participantes e informando que, visando a contribuir com o entendimento do tema, convidou Flávio Lontro (Presidente da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos – CONFREM e Conselheiro da APA de Guapi-Mirim e ESEC Guanabara) para apresentar uma perspectiva das populações locais. Convidou também Breno Herrera (Analista Ambiental do ICMBio, Pesquisador em Ecologia Social e ex-Presidente do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense) para discorrer sobre as políticas de integração entre as Unidades de Conservação na região. Leandro Goulart fez então uma explanação sobre a Portaria objeto da pauta à luz de uma outra Portaria mais abrangente, qual seja, a PORTARIA Nº 102, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020, que cria a Política de Integração e Nucleação Gerencial - PINGE do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Leandro explicou o fluxo de comando e controle hierárquico que situa Unidades de Conservação próximas em uma administração unificada no Núcleo de Gestão Integrada (NGI), o qual, por sua vez, fica subordinado à Gerência Regional. Neste modelo gerencial, PARNASO, APA Petrópolis, APA Guapi-Mirim, ESEC Guanabara e REBIO Tinguá, ficam reunidos no NGI Teresópolis, subordinado à Gerência Regional 4, com sede em São Paulo, SP. Leandro afirma que não está claro se a equipe das cinco Unidades deverá entrar em exercício em Teresópolis e se posiciona a favor da manutenção das sedes das UC como Bases Avançadas ou Bases Operacionais, e informa que a Gerência Regional já confirmou a manutenção da atual sede da APA Guapi-Mirim e ESEC Guanabara, ficando as demais em avaliação. Leandro conclui sua fala informando que a equipe tem a tarefa de redigir o Regimento Interno do NGI Teresópolis, conforme modelo preestabelecido pela referida Portaria 102. Em seguida, Breno Herrera faz uma exposição sobre as diferenças entre a gestão integrada em Mosaico, estabelecido na Lei 9.985/2000 que institui o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e a integração em NGI proposta no momento. Breno cita o Planejamento Estratégico do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense, construído de forma participativa por diversos entes, e lembra da experiência exitosa já vivida na região. A primeira diferença apontada foi o modelo de rede, de formato horizontal, exercido pelo Mosaico, em contraste com o modelo NGI, piramidal, hierárquico e verticalizado. Uma segunda diferença está na composição do arranjo organizacional: enquanto o Mosaico congrega diferentes atores da sociedade civil e diferentes esferas do Poder Público, incluindo instituições de ensino, pesquisa e extensão, organizações sociais, bem como Unidades de

Conservação particulares, municipais, estaduais e federais, os NGI são exclusivamente compostos por UC federais, com menor participação social na sua gestão e planejamento. A terceira diferença elucidada é relativa à presença no território, sendo o Mosaico um modelo fortemente capilarizado, com presença física e operacional distribuída no território, ao passo que o NGI prevê administração e equipe centralizadas, e que, portanto, tende a reduzir a presença institucional no território. A seguir, Flavio Lontro explicita a preocupação das comunidades locais com a possível centralização da gestão, reduzindo atuação no território que as populações utilizam de forma sustentável. Flavio lembra que tais populações necessitam da articulação com a gestão pública para manter e coordenar a sustentabilidade ambiental e econômica de suas atividades em seus territórios de vida e trabalho. Em seguida, o Presidente do Conselho abriu o debate com os participantes. Eduardo Antunes (INEA/REWISEST) fala que sua Unidade de Conservação já trabalha de forma muito integrada com as UC próximas e secretarias municipais, de forma bastante eficiente. Antonio Seixas (OAB Magé e Guapimirim) pergunta se os gestores das Unidades participaram da elaboração do arranjo ou se ao menos foram consultados, ao que Leandro respondeu negativamente. Artur Esteves (Notur Travel) externou preocupação com a gestão centralizada e acredita que o Conselho deve se posicionar de forma contrária, solicitando participação no processo de reestruturação; na oportunidade, reclamou acerca dos banners da comemoração dos 80 anos do PARNASO, em que faltaram as logomarcas da Casa da Memória Arthur Dalmaso, da Secretaria Municipal de Cultura de Teresópolis, dos Voluntários do Parnaso, da Câmara Temática de Turismo e Montanhismo, bem como faltaram agradecimentos às pessoas envolvidas; gostaria de discutir uma forma de retratação. Arthur Estevez (AGUIPERJ) perguntou o que motivou a mudança e se há de fato aumento da eficiência, pergunta também se os conselhos perdem força. Leandro respondeu que a portaria 102 afirma a intenção de estabelecer maior eficiência gerencial e melhor uso de recursos, instalações e equipamentos, acrescentando que ainda não tem clareza da alocação das equipes e da manutenção das sedes das UC como bases. Respondeu também que, em conformidade com a Lei do SNUC, os Conselhos continuam atuando de forma independente, mas que prevê muita dificuldade em presidir cinco conselhos. Renata 'Kika' Bradford (FEMERJ) perguntou como o NGI funcionará em termos práticos. Leandro responde que também tem poucas informações a esse respeito, e que a proposta chegou ao conhecimento dos chefes das UC ao ser publicada pela administração central em Diário Oficial da União, mas afirmou que toda a equipe de servidores teve sua lotação alterada para Teresópolis. Marcos Werneck (ISCA) afirma que, a partir de uma articulação do Deputado Federal Hugo Leal (PSD-RJ), três conselheiros da APA Petrópolis se reuniram por videoconferência com André de Mello, Chefe da Base Avançada da Gerência Regional 4 no Rio de Janeiro, e foi-lhes dito que a manutenção da sede da APA Petrópolis em Itaipava é seriamente considerada no planejamento de implantação do NGI local. Marcos Werneck afirma que o modelo de integração em NGI seria um avanço na otimização de recursos humanos e financeiros, e entende que o Mosaico não funcionou como o esperado por uma série de motivos que fogem à pauta desta reunião. Flavio Lontro (CONFREM) afirmou que o modelo NGI é ilegal pois está em desacordo com diversas diretrizes e determinações da Lei do SNUC e o Decreto 4.340/2002, que a regulamenta. François de Paiva (UNICERJ) pergunta se o processo de construção dos novos contratos de concessão de serviços de apoio ao uso público no PARNASO continuará considerado pauta a ser trabalhada pelo CONPARNASO, ao que Leandro respondeu que o Conselho pode continuar definindo suas pautas prioritárias. Ricardo Viegas (AMA Quebra Frascos) externou sua preocupação com o fato de os dirigentes do ICMBio não terem carreira ou experiência na área ambiental, sendo

em sua maioria oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo.; afirmou ainda não conseguir vislumbrar uma proposta consistente para o órgão. Cristina Lydia (REASO) ressaltou a importância de o Conselho se posicionar em mais um episódio do processo de desmonte da gestão ambiental pública, e Selma (Set Produções) complementou discorrendo sobre as propostas da Câmara Temática de Educação Ambiental e Cultura (CTEA/CONPARNASO), que a elaboração de uma nota de repúdio utilizando os marcos legais como argumentos, a confecção de peças de comunicação para o público mais amplo, tais como cartilhas e frases curtas para redes sociais, bem como vídeos, enquetes e manifestações virtuais, explicitando as mudanças no ICMBio e suas consequências para o meio ambiente. Leo Bittencourt (Associação de Amigos do PARNASO), ressaltou que o fundamento da proposta é autoritário e centralizador; e reafirma que o Conselho deve continuar buscando explicações sobre o funcionamento irregular do Posto Garrafão, já embargado pela fiscalização do PARNASO. Marcus Gomes (Analista Ambiental do ICMBio), falou sobre as ações da Associação dos Servidores Federais da Área Ambiental do Rio de Janeiro - ASIBAMA RJ, que, ao contrário dos dirigentes, está consultando os servidores do ICMBio, em conjunto com a Associação Nacional dos Servidores - ASCEMA, para formar um posicionamento mais fundamentado e representativo, além de protocolar representação na Procuradoria da República denunciando os indícios de desvio de finalidade e lesão ao patrimônio público contidos na reestruturação do órgão; citou também a nota pública que repudia o oportunismo do Ministro para desregulamentar a gestão ambiental pública em meio a uma pandemia; e concluiu lembrando que a próxima Reunião Ordinária será dentro de quinze dias, tempo em que o CONPARNASO poderá consolidar seu manifesto. Regilaine Rosa (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé) expôs algumas inquietações, tais como: os técnicos do órgão dificilmente conseguirão fazer a gestão de um território extenso e de UC de diferentes categorias de manejo, com atividades tão especializadas e diversificadas; Poderá haver pouca capilaridade nessa atuação, estando todos lotados em Teresópolis; Deverá haver aumento de despesas para deslocamentos e atividades em todo o território, ou a gestão não terá a mesma eficiência. Afirmou também que participou do Mosaico, e tal instrumento de gestão trouxe força significativa à gestão ambiental do território; e defendeu a manutenção de todas as sedes como bases avançadas. Rafael Rezende (BR EcoTur) perguntou a Breno se os Conselhos das UC perderão força ou sofrerão diminuição, a exemplo do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, entre outros. Ao foi respondido que os Conselhos de UC não estão submetidos ao Decreto Federal 9.759/2019, por meio do qual a Presidência da República extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, havendo parecer jurídico sobre o assunto. Lembrou também que Procuradores do Ministério Público Federal vem promovendo, em todo o país, questionamentos à reestruturação do ICMBio. Carlos Alexandre Fortuna (Analista Ambiental do ICMBio) expressa concordância com as propostas de encaminhamento de moção pelo Conselho, e sugere que a moção leve em consideração os argumentos expostos pelo Ministério Público Federal de Macaé em relação ao NGI Rio das Ostras, para pedir a revogação da referida portaria. Encerradas as falas, ficou acertado que um Grupo de Trabalho apresentará na próxima Reunião Ordinária uma proposta de moção com os consensos da presente reunião, e que os conselheiros interessados em contribuir façam contato com Cristina Lydia, que coordenará os trabalhos. Assim sendo, Leandro agradeceu a participação de todos, e deu por encerrada a reunião às 12h45.





